

Análise sobre políticas de informação: perspectivas do regime de informação no âmbito da inclusão digital ante os livros Verde e Branco

Márcio Bezerra Da Silva

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) - BA - Brasil. Professor da Universidade de Brasília (UnB) - Brasília, DF - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/9275164094039775>

E-mail: marciobdsilva@unb.br

Jonathas Luiz Carvalho Silva

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) - BA - Brasil. Professor da Universidade Federal do Cariri (UFCA) - Juazeiro do Norte, CE – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/2376636144965734>

E-mail: jonathascarvalhos@yahoo.com.br

Gustavo Henrique de Araújo Freire

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Rio de Janeiro, RJ - Brasil. Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – RJ – Brasil. Professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – PB – Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/5458344734085444>

E-mail: ghafreire@gmail.com

Submetido em: 05/07/2016 . Aprovado em: 09/07/2018. Publicado em: 26/09/2018.

RESUMO

Apresenta as compreensões de inclusão digital nas políticas de informação à luz dos *Livros Verde e Branco*. Discute políticas de informação a partir do regime de informação, baseado em noções conceituais oferecidas por González de Gómez (1999) e na tentativa de aproximação ao conceito de inclusão digital, na perspectiva de que seja um elemento primordial no processo de inclusão social. Objetiva-se, segundo um percurso metodológico constituído pelas pesquisas documental e bibliográfica, verificar a compreensão de inclusão digital nas políticas dos *Livros Verde e Branco*. Resulta, à luz da quarta definição apresentada sobre regime de informação (*contexto*), que no *Livro Verde* existe a concepção de que os recursos tecnológicos, com destaque à Internet, serão vitais ao alcance da inclusão digital – alfabetização digital – inclusão social, enquanto no *Livro Branco* reflete-se a preocupação com o contexto territorializado, historicizado, físico/virtual e coletivo, de modo a compor as ações de informação, não se preocupando apenas com equipamentos tecnológicos, mas em oferecer formas de capacitação aos usuários. Conclui-se que não existe apenas uma definição para inclusão digital e que esta ação não garante a inclusão social, mas que esteja presente nas políticas de informação de uma comunidade, assim como subsidiar a compreensão de que uso das recentes tecnologias digitais de informação e de comunicação (TDICs) seja encarado como meio e não como fim. Entende-se, neste sentido, que talvez tal inferência seja a chave para interpretar o significado de inclusão digital na efetivação da inclusão social.

Palavras-chave: Políticas de informação. Regime de informação. Inclusão digital. Livro Verde. Livro Branco.

Analysis of information policies: information regime perspectives under the scope of digital inclusion in light of the Green and White books

ABSTRACT

Presents understanding of digital inclusion in information policies in the light of Green and White Books. Discusses information policies from the regime information based on conceptual notions offered by González Gómez (1999) and in the attempt to approach to the concept of digital inclusion. Conceptualizes digital inclusion in perspective that is key element in the social inclusion process. The objective is to analyze the comprehension of digital inclusion in the policies of the Green and White Papers, according to a methodological course constituted by the documental and bibliographical researches. Results, in the light of the fourth definition of information regime (context), that in the Green Paper is a conception that technology resources, particularly the Internet, will be vital to digital inclusion – digital literacy – social inclusion, while the White Paper reflects the preoccupation with the territorialized, historicized, physical/virtual and collective context, in order to compose the information actions, not only concerned with technological equipment, but in offering ways of training users. In conclusion, there is no single definition for digital inclusion and that this action does not ensures social inclusion but is present in the information policies of a community, as well as subsidize the understanding that use of the latest digital information technologies and communication (DITC) be seen as a means and not as an end. It is understood, in this sense, that perhaps such an inference is the key to interpreting the meaning of digital inclusion in the accomplishment of social inclusion.

Keywords: Information policies. Information regime. Digital inclusion. Green Book. White Book.

Análisis de políticas de información: perspectivas del régimen de información en el ámbito de la inclusión digital ante los libros Verde y Blanco

RESUMEN

Muestra ideas de inclusión digital en políticas de información a la luz de los Libros Verde y Blanco. Discute las políticas de información de acuerdo con el régimen de información basados en nociones conceptuales ofrecidos por González Gómez (1999) y en un intent aproximación al concepto de inclusión digital. Conceptualizar la inclusión digital desde la perspectiva de que es un elemento clave en el proceso de inclusión social. El objetivo es, según un camino metodológico consiste en la investigación documental y bibliográfica, examinar la comprensión de la inclusión digital en las políticas de los Libros Verdes y Blancos. Resultados, a la luz de la cuarta definición presentados el sistema de información (contexto) que en el Libro Verde existe la idea de que los recursos tecnológicos, en particular Internet, será de vital importancia para el logro de la inclusión digital – la alfabetización digital – la inclusión social, mientras que el Libro Blanco refleja la preocupación por el contexto regionalizado historizada, físico/virtual y colectivo, con el fin de componer las acciones de información, sin preocuparse solamente con equipamiento tecnológico, sino también ofrecer formas de capacitación a los usuarios. Se llegó a la conclusión de que no existe una definición única para la inclusión digital y que esta acción no garantiza la inclusión social, sino que está presente en la política de información de la comunidad, así como apoyar el entendimiento de que el uso de las últimas tecnologías digitales de la información y la comunicación (TDIC) es visto como un medio y no un fin. Se entiende en este sentido que quizá tal inferencia es la clave para interpretar el significado de la inclusión digital en la efectución de la inclusión social.

Palabras clave: Políticas de información. Régimen de información. Inclusión digital. Libro Verde. Libro Blanco.

INTRODUÇÃO

A informação, especialmente a partir do século XX, vem se tornando temática central em vários fóruns de discussão, dos mais variados seguimentos da sociedade contemporânea, tais como político, econômico, cultural, social e ambiental. Como resquício da tentativa de marcação temporal e espaços discursivos, no âmbito do objeto informação, invoca-se o campo da ciência e tecnologia (C&T) enquanto um escopo que encara a complexidade que o termo informação exige ao demandar um olhar mais atento no que tange aos processos de ações (informacionais) realizados na sociedade frente as recentes tecnologias digitais de informação e de comunicação (TDICs).

Ao partir do supracitado contexto de valorização da informação, as políticas de informação se apresentam como caminhos para uma conduta planejada e programática de ações informacionais. A importância às políticas de informação amplia-se quando vista como uma área de pesquisa na ciência da informação (CI) e que formaliza um grupo de trabalho (GT) denominado política de informação e economia da informação (GT5)¹, o qual lança olhares efetivos para a problemática, reflexão e soluções referentes a políticas de informação, como também a inclusão digital no contexto da economia da informação.

Segundo Freire (2008), no âmbito da CI no Brasil, a temática das políticas de informação encontra-se fundamentada em estudos como os de González de Gómez a partir de ações de informação, ou seja, elementos que auxiliam na construção de um regime de informação. Dentre as discussões sobre políticas de informação, pode-se citar a inclusão digital como elemento preponderante para a inclusão social, na medida em que a sociedade contemporânea tem nas TDICs a base de sua estrutura econômica e social, permitindo-se inferir que estar incluído digitalmente é o primeiro passo para o exercício pleno da cidadania na sociedade da informação.

Nesta alocação, governos, empresas, mercados e a população em si partem da premissa de que o uso de recursos tecnológicos, como a Internet, pode oferecer subsídios à inclusão social. Para Castells (2004), as tecnologias se apresentam como meios para a organização social, para a promoção da ação coletiva e para a construção de sentido próprio na sociedade.

A mencionada premissa está correta? Para respondê-la, objetivou-se, de maneira ampla, verificar a compreensão de inclusão digital nas políticas dos *Livros Verde e Branco*. Especificamente, objetivou-se discutir a política de informação enfocando os regimes de informação e identificar o regime de informação que se aplica aos *Livros*.

Seguindo um percurso metodológico formado pelas pesquisas documental e bibliográfica, realizadas em documentos, livros, artigos científicos e websites, e no uso de expressões como “políticas de informação”, “regime de informação”, “inclusão digital”, “livro verde” e “livro branco”, o presente trabalho foi estruturado do seguinte modo: inicia com a contextualização enquanto introdução às políticas de informação, direcionando à inclusão digital; em seguida, na seção 2, apresenta-se breve panorama das políticas de informação no Brasil; na seção 3 discutem-se políticas de informação com o enfoque no regime de informação; na sequência, a seção 4 mostra um conciso levantamento de interpretações sobre inclusão digital; na seção 5 apresenta-se a compreensão de inclusão digital ante os *Livros Verde e Branco*; por fim, na seção 6, elencam-se as considerações finais.

¹Ementa: “Políticas e regimes de informação. Informação, Estado e governo. Propriedade intelectual. Acesso à informação. Economia política da informação e da comunicação. Produção colaborativa. Poder, ativismo e cidadania. Conhecimento, aprendizagem e inovação. Ética da informação. Informação e ecologia” (ANCIB, 2018).

BREVE PANORAMA DAS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO NO BRASIL: EVOCANDO A IMPORTÂNCIA DO IBICT E DA CI

As políticas de informação têm se desenvolvido no Brasil a partir da década de 1950, principalmente por iniciativas do governo federal, através do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)².

Verifica-se que existe uma associação entre o Ibict e a chegada da CI no Brasil, afinal, o primeiro Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) brasileiro iniciou-se com o Ibict quando ainda era o antigo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). Kerr Pinheiro (2010, p. 117) complementa ao afirmar que as políticas de informação estão “[...] voltadas para o avanço científico e tecnológico, incentivadas pelos Estados que passam a promover a importância da ciência e da tecnologia (C&T) como elemento modernizador da estrutura produtiva [...]”.

A primeira grande característica das políticas de informação representa um conjunto de ações essencialmente voltadas ao desenvolvimento científico e tecnológico, em especial no período da Guerra Fria, em que a estratégia lógico-informacional conquistou relevância, ou seja, as políticas de informação fundamentaram ações centrais das nações como meio de promover práticas de programação, regulação e legislação.

Além disso, as políticas de informação também foram se constituindo como um conjunto de ações programáticas e de valores políticos e organizacionais, visando a promoção de tomadas de decisão ao acesso e uso da informação. Nessa linha, apoiados na ideia de que as políticas de informação compreendem o acesso e o uso de informação, Jardim, Silva e Nharreluga, (2009, p. 9) fundamentam-se ao encará-las como um “[...] conjunto de princípios, leis, diretrizes, regras, regulamentos e procedimentos inter-relacionados que orientam a supervisão e gestão do ciclo vital da informação.

Em princípio, as políticas de informação podem ser consideradas como políticas principiológicas, pois toda e qualquer política demanda, de maneira direta ou indireta, um conjunto de princípios, leis, diretrizes, regulamentos e procedimentos informacionais.

Em seguida, podem se transformar em políticas de auxílio com fins basilares de atender questões quanto ao acesso, ao uso, à compreensão e à apropriação de sentidos nos campos da C&T, social, saúde, entre outros.

As políticas de informação ainda podem ser caracterizadas quanto aos processos de gestão informacional, infraestrutura tecnológica, acesso à informação e produção de conhecimento, a saber:

- a. **processos:** atua junto às práticas processuais vitais da informação, que vão desde a produção, passando pela organização/armazenamento, mediação/disseminação, acesso, recuperação e uso, até a apropriação da informação, sendo esses processos fundantes para a consolidação da gestão do ciclo informacional;
- b. **infraestrutura tecnológica:** em tempos atuais, as políticas de informação dependem, sobretudo, da fluência das TDICs para que os processos de informação fluam de maneira dinâmica e sejam consistentes nas dimensões espaço-temporais;
- c. **multiterritorialidade, multitemporalidade e multirreferencialidade:** o acesso à informação deve ser visualizado como fenômeno integrado e interconectado nos diversos espaços (locais, regionais, nacionais e/ou planetários) como um elemento na historicidade de sujeitos em diferentes gerações e como referência humana (no sentido de tornar mais didática e compreensível) diante da complexidade dos fenômenos sociais, naturais, científicos e tecnológicos;
- d. **produção de conhecimento:** políticas dedicadas à produção, dinamização e geração de novos processos comunicacionais, construção de novos conhecimentos, formação de competências/habilidades, aprimoramento das práticas de aprendizagem e subsídio à inteligência humana e artificial.

²Website: <http://www.ibict.br/>

Na esfera estatal, as políticas de informação insuflam princípios, auxílios, regulações e referencialidades à formação do poder, pois “esse impacto da criação de informação, processamentos, fluxos e uso é que faz a política de informação tão fundamental para o exercício do poder” (BRAMAN, 2006, p. 37). Por isso, principalmente nos países desenvolvidos, as políticas de informação conquistaram efetivo protagonismo, visando à consolidação de poder entre nações, isto é, quanto mais estratégica e passível de utilidade (pautada na condução da eficiência e eficácia), a informação se configura nas práticas sociais, econômicas, culturais, científicas e tecnológicas.

A relação entre política e informação, no escopo e abrangência do paradigma moderno de soberania, ficaria assim estabelecida por uma dupla referência ao Estado e a uma constituição comunicacional de realização flexibilizada e desigual. Porém, foi a partir da década de 50 que essa relação começaria a ser explicitada em termos de programas de governo e de políticas públicas (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002).

A criação do Ibict, por exemplo, foi relevante para se pensar em implementar políticas de informação no Brasil, especialmente voltadas à C&T, assumindo a missão de promover competências e desenvolver recursos e infraestrutura de informação em C&T para a produção, socialização e integração do conhecimento científico-tecnológico do Brasil.

O Ibict, além de ter lançado o primeiro PPGCI no Brasil, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), criou também, em 1972, a primeira revista científica de CI no Brasil. Dentre as ações de informação desenvolvidas pelo Ibict, e que são objetos de estudos e práticas da CI, observou-se o interesse investigativo sobre a inclusão digital e a inclusão social no Brasil, intencionado a partir de questões sobre políticas de acesso à informação do Ibict, acesso livre à informação científica, biblioteca digital brasileira de teses e dissertações (BDTD)³, inclusão social etc.

Entre os resquícios oriundos das investigações realizadas pelo Ibict, inclusive no enfoque das políticas de informação, estão a constituição de espaços de pesquisa e ensino realizados pelos PPGCI brasileiros, bem como a composição da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (Ancib), no final da década de 80, que por sua vez vieram fortalecer os debates em CI, cristalizados com a criação do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib), já no início do século XXI.

Diante dos referidos fatos, vale mencionar que alguns PPGCIs têm valorizado, sobretudo, as discussões sobre políticas de informação, como é o caso do Programa da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) o qual tem uma linha de pesquisa específica e denominada Ética, Política e Gestão da Informação, adotando como premissa o pensamento de González de Gómez (2002): é pertinente utilizar um conceito de política de informação que tratará de resgatar a amplitude e complexidade do campo, permitindo a consideração das macro e micropolíticas, bem como das políticas locais, regionais, nacionais e globais.

Em suma, nesta revisão investigativa ressalta-se que as políticas de informação no Brasil têm um segmento originário latente das políticas públicas. Tratar as políticas de informação como ações necessita de um planejamento de curto, médio e/ou longo prazo, assim como necessita de um contexto que defina a amplitude da política enquanto um regime de informação.

³Site: <http://bdt.d.ibict.br/vufind/>

POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO: O ENFOQUE NO REGIME DE INFORMAÇÃO

O conceito de regime de informação foi criado por Frohmann (1995) para caracterizar o fluxo de informação no campo de atuação das políticas de informação, utilizando como base a teoria Ator-Rede de Bruno Latour.

Todavia, o conceito de regime de informação adotado neste artigo é o desenvolvido por González de Gómez (1999), de acordo com o conceito de dispositivo formulado por Michael Foucault, e revelado por Freire (1998; 2004) como instrumento ou tecnologia intelectual. Diante deste contexto, segundo González de Gómez (2002, p. 34), regime de informação pode ser assim compreendido como um conjunto de redes neurocomputacionais formais e informais onde informações são geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, por diversos meios, a diferentes destinatários ou receptores, sejam eles específicos ou públicos (gerais).

Sobre a noção do significado de regime de informação, González de Gómez (1999) propõe quatro definições específicas, sendo a primeira concernente a “um conjunto de ações e decisões orientadas a preservar e a reproduzir, ou a mudar e substituir um regime de informação, e podem ser tanto políticas tácitas ou explícitas, micro ou macropolíticas”. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 63).

A segunda definição delibera uma complexidade de ação de informação, uma vez que envolve uma noção coletiva da política e dos atores. Isso significa que a política vem com o objetivo de resolver ou conciliar conflitos a partir do estabelecimento de metas das ações de informação, ou seja, “[...] por meios técnicos ou instrumentais e requerem a reformulação deliberativa de princípios, fins e regras para a concretização de planos coletivos e coordenados de ação, ou a mudança das relações de força dos atores envolvidos”. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 71).

Na terceira definição, as políticas são abordadas como orientações com relação a fins, valores e objetivos das políticas de informação, designando “[...] as figuras decisórias e normativas do que seja desejável e prioritário para um sujeito coletivo (organização, regiões, Estado Nacional etc.), acerca da geração, circulação, tratamento e uso da informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 71).

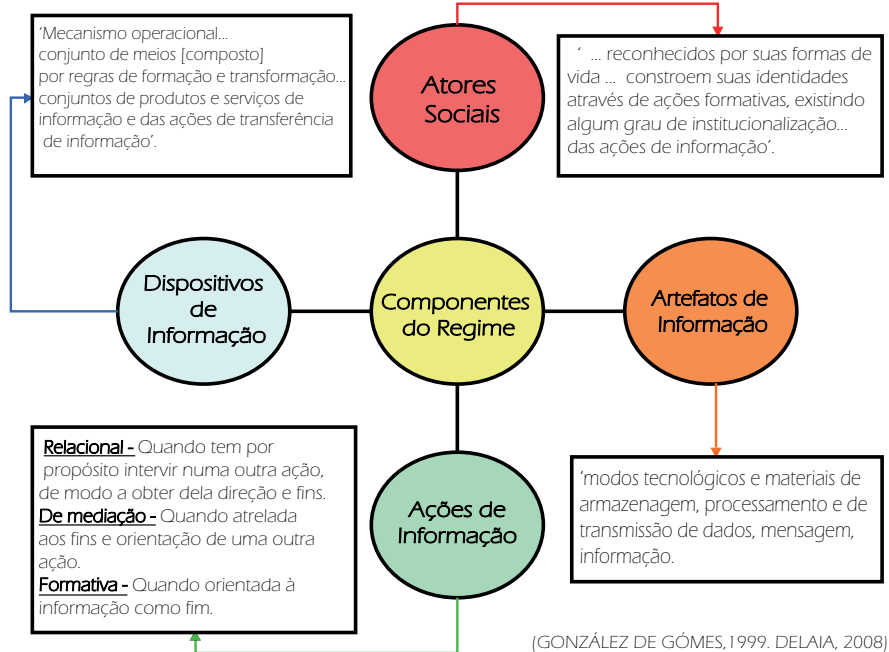
A definição em questão toma um rumo bem mais específico que a anterior, de sorte que valoriza a funcionalidade teleológica da política de informação, referindo-se a questões como: Aonde se quer chegar? De que forma chegar? O que deve ser e não deve ser na política de informação?

A quarta definição atribui uma relação entre o sujeito e o território onde se encontra, já que, “em cada contexto histórico, em cada espaço de ação coletiva, existe um saber local, um sentimento territorializado ou um desejo do que seja um bem coletivo, que formam parte das razões bem fundadas para priorizar, justificar, gerar ou aderir a um valor de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 71).

Esta definição leva em consideração uma importante estrutura que designa um regime de informação, ou seja, o contexto ao qual deve ser territorializado e historicizado, físico ou virtualmente concebido e coletivamente atribuído de modo a compor as ações de informação.

A partir das quatro definições do regime de informação anteriormente elencadas, pode-se ainda conceituá-lo a partir de suas perspectivas, que se configuram na estrutura do regime conforme ilustrado na figura 1:

Figura 1 – Estrutura do Regime de Informação



Fonte: González de Gómez (1999); Delaia (2008).

Percebe-se que o regime de informação delibera ações e políticas de informação para diversos contextos da sociedade, desde o campo científico e tecnológico, até as ações cotidianas. Neste sentido, parte-se para a compreensão de uma das temáticas discutidas em políticas de informação: inclusão digital. Para este desafio, a abrangência discursiva partirá da quarta definição apresentada sobre regime de informação ao levar em consideração o contexto nas suas entrelinhas.

RESULTADOS: INCLUSÃO DIGITAL ANTE OS LIVROS VERDE E BRANCO

Os países desenvolvidos, bem como alguns em desenvolvimento, adotam políticas e iniciativas para a efetivação da sociedade da informação. O Brasil vem acompanhando esse processo e assim criou programas de governo como o *Livro Verde* e o *Livro Branco* para inserir o brasileiro na sociedade da informação. No referido processo destaca-se o ciclo de discussões realizadas na Conferência Nacional de CT&I, iniciado com a publicação do *Livro Verde* da C&T e finalizado com o *Livro Branco*, focando principalmente na

inovação como ferramenta fundamental para o desenvolvimento do país. Prova do supracitado enfoque, pela esfera governamental, está no fato da palavra inovação aparecer em cinco dos seis objetivos propostos para a Política Nacional de CT&I, apresentados no *Livro Branco* (BRASIL, 2002).

Ao levantarmos o termo sociedade da informação, podemos verificar abordagens sobre inclusão digital adotadas nos *Livros Verde e Branco*, para refletir acerca da visão apresentada sobre inclusão digital enquanto uma ação de inclusão social. Neste ponto, fez-se necessário analisar os *Livros* elencados a partir das políticas de informação que aturam junto ao crescimento do país, mais especificamente, as quatro definições sobre regimes de informação apresentadas por González de Gómez (1999).

A quarta definição oferecida pela autora, como já afirmamos, leva em consideração uma importante estrutura que designa um regime de informação, o contexto, ou seja, situação em que o regime de informação delibera ações e políticas de informação para diversos contextos da sociedade, especialmente os que envolvem o campo tecnológico.

LIVRO VERDE

Para a execução das ações propostas no *Livro Verde*, obra que marcou o início do ciclo de debates da Conferência Nacional de CT&I, enfatiza-se o compartilhamento de responsabilidades entre os seguintes setores do país: governo, iniciativa privada e sociedade civil. O *Livro Verde*, chamado de *Programa Sociedade da Informação*, tem os respectivos objetivos:

[...] integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, **ao mesmo tempo**, contribuir para que a economia do País tenha condições de competir no mercado global. (TAKAHASHI, 2000, p. 10, grifo do autor)

Nessa obra percebe-se a preocupação em permitir e/ou ampliar o uso de TDICs como o grande passo para o desenvolvimento do país, quanto a uma administração eficiente e transparente em todos os níveis e, assim, a ocorrência da inclusão digital a partir do que é rotulado no livro como alfabetização digital. O *Livro Verde* seria a representação de uma proposta à promoção da inclusão social a partir de ações públicas do país diante da prerrogativa de que “[...] cabe ao sistema político promover políticas de inclusão social, para que o salto tecnológico tenha paralelo quantitativo e qualitativo nas dimensões humana, ética e econômica. A chamada “alfabetização digital” é elemento-chave nesse quadro” (TAKAHASHI, 2000, p. v, grifo do autor).

No *Livro Verde*, a alfabetização digital perpassa por uma universalização de acesso à Internet, abarcando toda a população, especialmente as pessoas com necessidades especiais. O conceito de universalização, além do caráter evolutivo, decorrente da crescente velocidade das TDICs, deve também abranger o de democratização, pois os indivíduos precisam estar capacitados para tornarem-se usuários dos serviços promovidos pelas tecnologias, além de serem provedores de conteúdos.

Para tanto, vislumbrou-se na alfabetização digital o caminho para “[...] a aquisição de habilidades básicas para o uso de computadores e da Internet, mas também que capacite as pessoas para a utilização dessas mídias em favor dos interesses e necessidades individuais e comunitários, com responsabilidade e senso de cidadania” (TAKAHASHI, 2000, p. 31).

Outro tema abordado no livro é a inclusão social das mulheres no mundo das TDICs, no sentido não apenas de capacitação e uso de recursos tecnológicos, mas de subsidiar a garantia de sua “[...] participação nos processos decisórios, relacionados à produção e regulação do setor de tecnologias de informação e comunicação, que é, tradicionalmente, dominado pelo gênero masculino” (TAKAHASHI, 2009, p. 39).

Os jovens também são lembrados no livro, identificados como pessoas que têm facilidade especial de se inserir na sociedade da informação. Na época, os jovens também eram identificados como aqueles que estavam se preparando para ingressar ou que já faziam parte do mercado de trabalho. Além disso, também são lembrados os jovens que poderiam se encontrar à margem desse processo, alertando sobre o acesso à Internet por esse contingente “[...] para que com seu uso possam desenvolver as habilidades necessárias ao ingresso no mercado de trabalho e para a participação social” (TAKAHASHI, 2009, p. 39).

Destaca-se também a discussão sobre a educação para a cidadania, na crença de que as TDICs “[...] devem ser utilizadas para integrar a escola e a comunidade, de tal sorte que a educação mobilize a sociedade e a clivagem entre o formal e o informal seja vencida” (TAKAHASHI, 2009, p. 45). Assim, o panorama apresentado necessita de uma infraestrutura de informática e redes, constituindo um processo demorado e oneroso. Ainda segundo Takahashi (2009, p. 45, grifo do autor), esta infraestrutura compõe-se de dois pontos: “computadores, dispositivos especiais e software educacional nas salas de aula e/ou laboratórios das escolas e outras instituições; conectividade em rede, viabilizada por algumas linhas telefônicas e/ou um enlace dedicado por escola à Internet”.

Em suma, no *Livro Verde* percebeu-se que a inclusão digital é tratada como alfabetização digital, item que promoverá a inclusão social e, conseqüentemente, o avanço tecnológico do país. Para Takahashi (2009, p. 38), “o nível de alfabetização digital da população brasileira é muito baixo. As oportunidades de aquisição das noções básicas de informática indispensáveis para acesso à rede e seus serviços são insuficientes”. Neste período, iniciativas comunitárias foram criadas em vários estados da nação para o oferecimento de cursos básicos de informática, porém não garantiam o real aprendizado e sua qualidade, pois não existia qualquer teste de avaliação/certificação padronizada de conhecimento na área (informática) com fins a comprovar as habilidades adquiridas e assim aumentar as chances no acirrado mercado de trabalho.

LIVRO BRANCO

O Livro Branco representou a obra que concluiu o ciclo da Conferência Nacional de CT&I, especificamente em setembro de 2001. Neste período, as discussões foram encerradas, ao passo em que o Livro Branco foi lançado. O objetivo do livro foi apontar caminhos para que a CT&I pudesse “[...] contribuir para a construção de um País mais dinâmico, competitivo e socialmente mais justo” (BRASIL, 2002, p. 21), focando principalmente na inovação como ferramenta fundamental para o desenvolvimento do país. Neste ponto, torna-se pertinente destacar, novamente, que entre os seis objetivos específicos para uma Política Nacional de CT&I e contidos no livro, a palavra inovação aparece em cinco momentos, a saber:

1. criar um ambiente favorável à **inovação** no País;
2. ampliar a capacidade de **inovação** e expandir a base científica e tecnológica nacional;
3. consolidar, aperfeiçoar e modernizar o aparato institucional de ciência, tecnologia e **inovação**;
4. integrar todas as regiões ao esforço nacional de capacitação para ciência, tecnologia e **inovação**;

5. desenvolver uma base ampla de apoio e envolvimento da sociedade na Política Nacional de Ciência, Tecnologia e **Inovação**;
6. transformar **CT&I** em elemento estratégico da política de desenvolvimento nacional (BRASIL, 2002, p. 36, grifos nossos).

Para a concretização desses objetivos se fez necessário formar e consolidar um Sistema Nacional de CT&I, com a participação dos setores público e privado, a partir de uma base científica e tecnológica de amplitude internacional e nacionalmente distribuída. Neste caminho, a proposta do *Livro Branco*, quanto à inclusão digital, assim como o crescimento científico e tecnológico do país, enfatiza as questões globais, ou seja, mudanças climáticas, problemas de desertificação e do semiárido, exclusão digital, biodiversidade, propriedade intelectual e outras. Para tanto, “atenção permanente deverá ser prestada à captação de recursos externos junto ao Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e fontes bilaterais” (BRASIL, 2002, p. 73).

É possível perceber a preocupação com a realização de modelos políticos que trouxessem, em sua base, a cooperação internacional, destacando as redes internacionais de pesquisa em áreas consideradas prioritárias, inclusive com a participação das empresas brasileiras. Toda essa cooperação se via necessária para acompanhar o progresso científico e tecnológico mundial. Além disso, mesmo com os avanços sistêmicos, quanto à generalização da aplicação das TDICs nas sociedades, o *Livro Branco* mostra preocupação quanto à “[...] concentração ainda maior do conhecimento e inovação num punhado de países avançados” (BRASIL, 2002, p. 30).

A referida preocupação destaca a tendência mundial à exclusão digital, afetando, conseqüentemente, os panoramas político-sociais, econômicos e científico-tecnológicos. Neste sentido, “[...] impõe-se a realização de um esforço nacional de [Política e Desenvolvimento (P&D)] como condição de soberania e de construção do futuro do País e de nossa sociedade” (BRASIL, 2002, p. 30).

A criação e a concretização de uma política de CT&I que alcance a integração nacional são fundamentais para a estabilidade econômica e democrática do país em busca da redução das disparidades regionais, ao qual é objetivo estratégico da P&D nacional, a partir da premissa que haja “[...] o compartilhamento de esforços para o desenvolvimento da pesquisa e para a promoção da inovação, observadas as especificidades, vocações e aspirações de cada uma das regiões”, dentre estados e municípios” (BRASIL, 2002, p. 31).

Arelado aos benefícios oferecidos pelas TDICs, supostamente evitar-se-ia o que o *Livro Branco* denominou desigualdades sociais e hiato digital. Neste panorama, assim como no *Livro Verde*, destacou-se o avanço na universalização do acesso, especificamente “[...] na alfabetização digital, no desenvolvimento e implantação da infraestrutura e dos sistemas de comunicações de mais altas velocidades, no comércio e serviços eletrônicos, no governo eletrônico e na indústria de equipamentos eletrônicos e de software” (BRASIL, 2002, p. 69). Contudo, vale destacar que todo o processo de alfabetização e letramento digital dependem, de maneira expressiva, da infraestrutura empreendida nos meios formais e informais de educação promovidos pelo Estado e grupos sociais. É preciso mencionar também que parte do insucesso da inclusão digital no Brasil se deu (dá) pela maneira (amplamente) não democrática (todos os tipos de públicos e lugares) de acesso a infraestrutura tecnológica promovida pelo Estado e demais iniciativas (particulares), assim pontuados no *Livro Branco*:

[...] tornam-se prioritários a elevação da qualidade e do interesse da cobertura dos meios de comunicação aos assuntos de ciência, tecnologia e inovação; o desenvolvimento de redes de educação a distância e a ampliação e o aperfeiçoamento de bibliotecas virtuais; o treinamento de professores e produção de conteúdos para internet relacionados à divulgação científica; o fortalecimento e a ampliação de museus e exposições de ciência e tecnologia. (BRASIL, 2002, p. 69)

Compreende-se aqui que o *Livro Branco* apresenta não apenas a adoção de TDICs para a inclusão digital, com fins a inclusão social, mas uma narrativa em que reconhece a sociedade como a do conhecimento ao priorizar a construção e propagação do conhecimento produzido. O livro destaca a capacitação profissional, isto é, que o cerne da discussão está no como fazer o melhor uso das TDICs, de maneira cada vez mais intensa e consciente, e não apenas tecnológica, mas também economicamente. Silva et al. (2005, p. 30) defendem “[...] como ponto de partida do conceito de inclusão digital, o acesso à informação que está nos meios digitais e, como ponto de chegada, a assimilação da informação e sua reelaboração em novo conhecimento, tendo como consequência desejável a melhoria da qualidade de vida das pessoas”.

De forma ampla, na educação, o avanço tecnológico promoverá divulgações científicas e a realização de feiras de ciência e fóruns, bem como agenciará os caminhos na produção de conhecimento e, conseqüentemente, a efetiva inclusão social.

INTERPRETANDO INCLUSÃO DIGITAL

No primeiro momento, acredita-se ser importante contextualizar a maneira como o significado de inclusão digital vem sendo compreendido em ambos os livros, pois sugerem as TDICs como o caminho para a melhoria das condições de uma sociedade. Na literatura, a proliferação desses recursos, enfocando o acesso à informação, tem sido encontrada como o ponto chave para a base sustentável de um país. Conforme esta linha de pensamento, inclusão digital pode ser traduzida como uma espécie de alfabetização informacional no uso de TDICs: “[...] comunicar-se a partir de computadores; entender o funcionamento de equipamentos (hardware), seus programas (software) e aplicações; produzir, organizar, disseminar e visitar a informação de forma automatizada; resolver problemas por meio do uso da tecnologia” (CÂMARA, 2005, p. 50, grifo do autor).

Pensar em inclusão digital significa, inicialmente, cumprir com a democratização da informação para acesso e uso dos mais diversos tipos de sujeitos. Em seguida, significa prover conteúdos de qualidade para os sujeitos, contemplando o cotidiano profissional, familiar, científico, tecnológico etc. Para tanto, é fundamentalmente importante a construção de ações que visem o aguçamento do aprendizado informacional sobre os procedimentos para o uso das TDICs a partir de um processo de democratização ao cidadão defendido pelo website Wikidot.com (2007, grifo do autor), ou seja, que a pessoa não saiba apenas usar o computador, “[...] mas sim fazer com que o conhecimento adquirido por ela sobre a informática seja útil para melhorar seu quadro social. Somente colocar um computador na mão das pessoas ou vendê-lo a um preço menor não é, definitivamente, inclusão digital”.

É pertinente ponderar que a inclusão digital implica apoiar a formação de sujeitos digitalmente letrados no sentido de que essa formação respalde suas construções sociais. A inclusão digital deve ser articulada de maneira didática e dialógica entre família, escola e o meio social, desde a infância mais tenra. Autores como Martini (2005, p. 2) defendem que o objetivo da inclusão digital é “[...] o uso livre da tecnologia da informação, com a ampliação da cidadania, o combate à pobreza, a garantia da privacidade e da segurança digital do cidadão, a inserção na sociedade da informação e o fortalecimento do desenvolvimento local”. Rothberg (2009, p. 16), destaca a Internet, nesta discussão, ao afirmar que tal recurso oferece condições de inclusão, tanto informacional, quanto cognitivamente, ou seja, “[...] a inclusão digital traria a possibilidade de reduzir a exclusão política, em direção ao efetivo exercício da cidadania”.

Ainda conforme Rondelli (2003), a inclusão digital virou expressão de modismo, usado, por vezes, para explicar a definição de sociedade da informação sem ao certo saber o seu real significado.

Para a autora, inclusão digital é a própria alfabetização digital, em outras palavras, “[...] a aprendizagem necessária ao indivíduo para circular e interagir no mundo das mídias digitais como consumidor e como produtor de seus conteúdos e processos [...]” (RONDELLI, 2003) por meio de computadores conectados em rede e no uso de recursos de software.

Por sua vez, Carvalho (2009) defende que a inclusão digital tem sido adotada em discursos políticos, em propagandas e na academia “[...] como essencial para a inclusão social, para a diminuição de desigualdades entre países e entre os indivíduos e regiões de um mesmo país (CARVALHO, 2009, p. 20).

A citação de Carvalho (2009) reflete a veracidade das ocorrências, que por sua vez diferem do que ocorre na realidade social. A autora chama atenção para o fato de que a inclusão digital é o elemento preponderante para a inclusão social, na visão, especialmente dos políticos. Entretanto, também é possível encontrar estudiosos que defendem que as TDICs podem agravar ainda mais a distinção entre as classes sociais e seus integrantes devido ao diferenciado poder econômico entre eles. A própria Rondelli (2003) defende que apenas o uso de computadores não seria suficiente ao afirmar que seria o mesmo que acreditar que as “[...] salas de aula, cadeiras e quadro negro garantiriam a escolarização e o aprendizado dos alunos. [...] Portanto, a oferta de computadores conectados em rede é o primeiro passo, mas não é o suficiente para se realizar a pretensa inclusão digital”.

O discurso frequente da necessidade de uso de TDICs com fins para o acesso à informação, assim promovendo a inclusão social, apresenta-se como extremamente falho. Ter recursos da recente tecnologia digital não garante tal premissa, pois vários elementos/contextos devem ser levados em consideração, como a capacitação, tanto profissional, quanto dos usuários “comuns”; infraestrutura física (locomoção) básica de acesso ao ambiente; recursos de software que sejam compreensíveis; oferecimento de serviços gratuitos, especialmente quanto a equiparação dos recursos tecnológicos usados pelas classes econômicas favorecidas etc.

Diante das aproximações e distanciamentos entre o uso de TDICs e a garantia de igualdade social, não é possível afirmar que exista uma linearidade entre inclusão digital e inclusão social (SILVEIRA, 2001; LEMOS, 2007; MARTINI, 2005). Infelizmente, essa falta de exatidão e ocorrência reflete tanto como “[...] uma importante oportunidade de aprendizado, poder e interação, mas pode ser também fonte de desintegração, exclusão social e pobreza, quando esse acesso não se dá de forma uniforme” (ALONSO; FERNEDA; SANTANA, 2010, p. 156). Com base em Mattelart (2002), criou-se uma espécie de “marginalização informacional”, isto é, a divisão entre ricos e pobres de informação, especialmente identificada entre os que possuem acesso, ou não, às TDICs, pois existem, por trás da máscara da inclusão digital, as leis de mercado pela obsolescência de equipamentos de hardware e software, aos quais interferem nos preceitos governamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi possível observar, ambos os livros discutem, no cerne das políticas públicas, a contribuição da C&T e CT&I para o desenvolvimento do país. Os livros apresentam a face de que o uso de recursos tecnológicos pode oferecer subsídios à inclusão social, entretanto, pelo discurso de vários autores, percebeu-se que a realidade não acontece conforme é apresentado em propagandas e anúncios governamentais.

O acesso à informação é imprescindível, mas o uso de TDICs, simplesmente pelo seu ato, não significa que há inclusão digital. Neste quesito, o usuário deve compreender o que está fazendo e construir conhecimentos, aos quais serão usados nos âmbitos culturais, econômicas, sociais, políticos etc., de maneira crítica e autônoma. Somente assim a tão citada democratização das TDICs estará ocorrendo em contributo ao desenvolvimento das sociedades. Acreditar que apenas as tecnologias promoverão a inclusão social é utópico, pois os equipamentos mais recentes serão utilizados pelas camadas economicamente privilegiadas, restando à maior parte da sociedade a obsolescência, um passo atrasado no uso das TDICs.

No *Livro Verde*, com destaque ao uso da Internet, existe a concepção de que os recursos tecnológicos serão vitais para o alcance da inclusão digital – alfabetização digital – inclusão social. Assim, entende-se que o livro citado faz uso da terceira definição de regime de informação, ou seja, as políticas são abordadas como orientações com relação a fins, valores e objetivos das políticas de informação, respondendo que deseja democratizar o acesso à informação por meio da distribuição de computadores e acesso universalizado da Internet como instrumento da alfabetização social e consequente inclusão social.

Quanto ao *Livro Branco*, percebeu-se a preocupação com ações que promovam a construção de conhecimento, fato este representado pela denominada sociedade do conhecimento. Para tanto, esta visão leva em consideração importante estrutura que designa um regime de informação: o contexto. Este elemento deve ser territorializado, historicizado, físico ou virtualmente concebido, e coletivamente atribuído de modo a compor as ações de informação. No livro em questão não existe preocupação apenas em realizar programas de distribuição e barateamento de computadores, promoção da banda larga, além da criação de telecentros e lan houses, mas em oferecer formas de capacitação aos usuários como um contributo ao crescimento científico e tecnológico do país.

É possível perceber também certa preocupação com a construção de modelos políticos que tragam, em sua base, a cooperação internacional, destacando as redes internacionais de pesquisa em áreas consideradas prioritárias, inclusive com a participação de empresas brasileiras. Toda essa cooperação se faz necessária para acompanhar o progresso científico e tecnológico mundial, assim como exposto no *Livro Branco* ante a preocupação com a concentração do conhecimento e inovação pelos países avançados, pensamento que refletirá internamente nos Estados e, consequentemente, em sua população.

Ao analisar os *Livros Verde e Branco*, compreendeu-se que a quarta definição sobre regimes de informação, apresentada por González de Gómez (1999), enquadrou-se na presente proposta discursiva, já que o contexto faz parte de ações e políticas de informação para diversos panoramas da sociedade, como ocorre no campo tecnológico, especificamente na relação acesso versus social (usuário). E mais, o contexto pode ser uma variável elencada nas discussões sobre políticas de informação, especialmente quando se debate o crescimento do país, neste caso, na relação informação versus tecnologia.

Cogitou-se que a inclusão digital pode contribuir para a inclusão social, isto é, a promoção da cidadania ocorrerá a partir da disponibilização de TDICs, de forma democrática, com o objetivo de fomentar a transparência de políticas e ações de governo. Nesta linha, na crença de que a presente discussão colabora na compreensão sobre a CI no país, apesar de ambos os livros não terem sido efetivados na prática, concluiu-se que não existe uma única definição para inclusão digital e que esta ação não garante a inclusão social, mas que ela esteja presente nas políticas de informação de uma comunidade, assim como subsidiar a compreensão de que uso das recentes TDICs seja encarado como meio e não como fim. Entende-se, neste sentido, que a inferência conclusiva seja a chave para interpretar o significado de inclusão digital na efetivação da inclusão social.

REFERÊNCIAS

ALONSO, L. B. N.; FERNEDA, E.; SANTANA, G. P. Inclusão digital e inclusão social: contribuições teóricas e metodológicas. *Barbarói*, n. 32, 2010. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/1289/1092>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. GT 05: Política e Economia da Informação. 2017. Disponível em: <<http://gtancib.fci.unb.br/index.php/gt-05>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

BRAMAN, S. *Change of State: Information, Policy and Power*. Cambridge: Mit Press, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Livro Branco: ciência, tecnologia e inovação*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002. Disponível em: <http://www.cgee.org.br/arquivos/livro_branco_cti.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

CÂMARA, M. A. *Telecentros como instrumento de inclusão digital: Perspectiva comparada em minas gerais*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <<http://www.gemasdaterra.org.br/docs/tesemaurocamara.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

CARVALHO, O. B. de M. Os “incluídos digitais” são “incluídos sociais”? Estado, mercado e a inserção dos indivíduos na sociedade da informação. *Liinc em Revista*, v. 5, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/294/184>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

CASTELLS, M. *A Galáxia Internet: reflexões sobre internet, negócios e sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. 325 p.

DELAIA, C. R. *Subsídios para uma política de gestão da informação na EMBRAPA Solos*, Rio de Janeiro. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

FREIRE, G. H. A. Construção participativa de instrumento de política pública para gestão e acesso à informação. *Perspectiva em Ciência da Informação*, v. 13, n. 3, p. 195-207, 2008. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/224/511>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

_____. *Comunicação da informação em redes virtuais de aprendizagem*. 2004. Tese. (Doutorado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBCT, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.isafreire.pro.br/gustavo_freire_tese.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2017.

_____. *A construção de instrumento para comunicação de informação sobre saúde*. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the network theory. In: ANNUAL CONFERENCE FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Canada. *Proceedings*. Canada: Canadian Association for Information Science, 1995.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. *Ciência da Informação*, v. 31, n. 1, p. 27-40, 2002. <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/975/1013>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

_____. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. *Revista Internacional de Estudos Políticos*, v. 1, n. 1, p. 21-32, 1999. Disponível em: <<http://ibict.phlnet.com.br/anexos/politicaspUBLICAS.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

JARDIM, J. M.; SILVA, C. A.; NHARRELUGA, R. S. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 14, n. 1, p. 2-22, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v14n1/v14n1a02.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

KERR PINHEIRO, M. M. Processo de transformação das políticas de informação no estado informacional. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 3, n. 1, p. 113-126, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/pbcib/article/view/11998>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

LEMOS, A. (Org.). *Cidade digital: portais, inclusão e redes no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/137/4/Cidade-digital_RI.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2017.

MARTINI, R. Inclusão digital & inclusão social. *Revista Inclusão Social*, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/viewFile/7/14>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

MATTELART, A. *História da sociedade da informação*. São Paulo: Loyola, 2002.

RONDELLI, E. *Quatro passos para a inclusão digital*. 2003. Disponível em: <<http://www.jornalcidadeaberta.jex.com.br/colaboradores/quatro+passos+para+a+inclusao+digital/>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

ROTHBERG, D. Informação de diagnóstico, democracia e inclusão social. *Liinc em Revista*, v. 5, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/292/193>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

SILVA, H. et al. Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. *Ciência da Informação*, v. 34, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n1/a04v34n1.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

SILVEIRA, S. A. *Exclusão digital: a miséria na era da informação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

TAKAHASHI, T. (Org.). *Sociedade da informação no Brasil*: livro verde. Brasília: Socinfo/MCT, 2000.

WIKIDOT. *O que é inclusão digital?* 2007. Disponível em: <<http://caminhoinclusaodigital.wikidot.com/o-que-e-inclusao-digital/>>. Acesso em: 05 jan. 2017.